

A morte de Walter Benjamin



Por **EUGÊNIO TRIVINHO***

Homenagem à poesia secreta da liberdade na rediviva do neofascismo no Brasil

Para Juremir Machado da Silva, sobrevivente

“Um ranger de botas ferradas na cerejeira” (Paul Celan, *Ópio e memória*, 1952)

“A indestrutibilidade da vida suprema em todas as coisas” (Walter Benjamin, *Passagens parisienses*, 1929-1930)

1.

O tempo, em voleio alucinado e veraz, encontra, sempre, paragens similares, em bases renovadas – para o bem e/ou para o mal. Oitenta anos depois – poderiam ser trezentos ou mais –, a memória justa, que desconhece covardia e silêncio, envolve-se com a grandiosidade moral, intelectual e pessoal de Walter Benedix Schönflies Benjamin (1892-1940). Quantas vezes o fará? Honrarias *in memoriam* a antifascistas constitui obrigação perpétua no mundo democrático – uma agenda intelectual prioritária na cena política do Brasil, especialmente após o pleito de 2018.

A polêmica sobre as condições da morte de Walter Benjamin talvez nunca tenha veredicto crível e definitivo. Essa notação, ainda hoje, não dispensa o respectivo *briefing*, mesmo com informações básicas e amplamente conhecidas.

Mal espalhada a pólvora da Segunda Guerra Mundial, Benjamin se encontrava, na noite de 25 de setembro de 1940, na pequena cidade espanhola de Portbou, na fronteira ao sul da França. Por essa província de Girona, na Catalunha, após *via crucis* ilegal pela cordilheira dos Pirineus junto com alguns companheiros, também refugiados, protegia-se, na longa fuga, dos asseclas armados do “fascismo alemão” (como preferia designar a escalada da extrema direita no país nativo). O III Reich havia acabado de invadir o território francês e se precipitava sobre a capital.

Essa peregrinação acuada e tardia na Europa, a partir de Paris – onde o autor de *O narrador* havia se exilado desde março de 1933, ano do sinistro incêndio do *Reichstag* [parlamento alemão], álibi do *Führer* para seu golpe de Estado –, tinha motivos políticos e intelectuais. Benjamin postergou voluntariamente suas chances de imigração para os Estados Unidos. Cartas de Theodor Adorno, amigo íntimo, de ascendência judaica como ele e já integrado, com Max Horkheimer, à Universidade de Columbia, em Nova York, lhe haviam acenado, a partir de 1938, a possibilidade da transferência. A química Margarete [Gretel] Adorno, esposa de Theodor, a qual Benjamin conhecia desde antes do matrimônio de ambos, enfatiza esse desejo. Benjamin, no entanto, preferiu permanecer em solo alemão para contribuir, de perto, para a luta antifascista. Quando, enfim, conseguiu um visto de imigração para terras americanas, a não autorização para deixar a França o obrigou à clandestinidade pelos Pirineus, por quase dez quilômetros, além do necessário até a zona costeira catalã.

A máquina estatal então aparelhada pelo franquismo, guilhotina na alfândega espanhola, recusou ao então pouco famoso fugitivo o ingresso via Estação Ferroviária Internacional da cidade, interrompendo sua rota para Lisboa, de onde zarparia em direção a Nova York. Sua documentação, alegou a ditadura, estava incompleta. Quatro botas o escoltaram a

uma pousada próxima. [A empresa, *Hotel de Francia* (*pensió França*, em catalão), encerrou atividades por razões pouco definidas.] Benjamin estava bastante alquebrado, certamente pela íngreme viagem e por suas dificuldades cardíacas. Na manhã seguinte, 26 de setembro, ele seria deportado de volta à França e entregue a autoridades alinhadas ao nazismo, em Vichy.

A razão estratégica e a ética politicamente austeras de Benjamin interceptaram, porém, o desejo autoritário do mundo. Como qualquer intelectual engajado, Benjamin sorvia *prana* direto da liberdade opinativa. (Apreciava concepções herméticas e cabalísticas.) Amargando o xeque-mate militar que o impediria de respirar a partir daquela noite de quarta-feira – entre retorno malquisto para a Alemanha, sequência barrada para Portugal e sonho de escape ceifado para os Estados Unidos –, concluiu, aos 48 anos, que a sua vida havia chegado ao fim. Além da pesada bagagem – com a versão final de *Passagens* ou de nova obra, em torno das *Teses sobre filosofia da história*, numa grande maleta [*briefcase*] preta, atestam relatos –, carregava uma *overdose* de morfina em tabletes, com triste eficiência para evitar, após dramático e duradouro ofego, a reabilitação dos sentidos.

A rusticidade política e burocrática, universalmente cinzenta e assoladora onde ocorre, sequestrou os valiosos escritos para sempre.

O grupo de refugiados que acompanhou Benjamin nos Pirineus conseguiu sobreviver ao percalço espanhol.

As linhas gerais dessa versão constam de biografias consagradas – por exemplo, de dois conterrâneos: *Walter Benjamin: a biography*, de Momme Brodersen (1996), e *Walter Benjamin: an intellectual biography*, de Bernd Witte (1985), na tradução inglesa do original alemão; e da britânica Esther Leslie, *Walter Benjamin* (2007).

A contestação às deduções oficiais a partir da cena mortuária do hotel em Portbou foi feita por Stephen Schwartz, em junho de 2001, em longo artigo no *Washington Examiner*, revista semanal conservadora: Joseph Stalin teria solicitado a eliminação de Benjamin, seu crítico direto. Embora agentes da *Geheime Staatspolizei*, a conhecida Gestapo, polícia secreta do III Reich, encontravam-se na cidade, talvez na própria pousada, diz Schwartz, espiões da KGB, o braço policial secreto da burocracia soviética, também estiveram próximos a Benjamin em algum momento, seja durante o traslado montanhoso, seja na planície catalã; e teriam executado a ordem.

Uma terceira interpretação sugere que os militares franquistas que controlavam a pernoite de Benjamin estão diretamente implicados no homicídio. Uma quarta atribui à Gestapo a responsabilidade. Em todas as versões, o hotel teria servido de emboscada. Não faltou, por fim, a hipótese autopoietica que despolitiza as ocorrências ao facultá-las à imponderabilidade da natureza: Benjamin foi vítima da extenuação, devido às difíceis horas de fuga.

O documentário *Who killed Walter Benjamin...* [“Quem matou Walter Benjamin...”], de David Mauas, lançado em 2005, explora as circunstâncias controversas daqueles dois dias ameaçadores, representativos do terror na Europa e que, na sequência, a fariam tremer entre ódio bélico racionalizado, pauperização profunda das classes médias e assalariadas, e precária esperança no triunfo militar do mundo democrático.

2.

Pouco importa se todas as versões – uma internacionalmente aceita, outras eventualmente conspiratórias ou omissas – são suspeitas, quer como narrativas, quer pela dissuasão em torno do aspecto crucial: elas inocentam a ameaça nazista ao deslocar a responsabilidade funérea para outrem.

Independentemente dessas disputas discursivas, Benjamin foi assassinado. Suas eternas exéquias precisam contemplar esse fato histórico, político e pessoal. A esse respeito, Bertolt Brecht, outro amigo íntimo, foi lapidar: o *Führer* havia principiado a depuração ariana na literatura do país. Igualmente, Adorno, em longa homenagem publicada dez anos depois, foi límpido ao prever, nas entrelinhas iniciais, que os gendarmes hitleristas constrangeram Benjamin à morte. O autor de *Charakteristik Walter Benjamins* [“Caracterização de Walter Benjamin”] sabia que o companheiro da primeira geração da Escola de Frankfurt (como viria a ser conhecida, a partir dos anos 1950, a seleta de intelectuais judeus e freudomarxistas articulada junto com Horkheimer) não teria atentado contra a própria vida – se de suicídio realmente se trata – caso o terror não o tivesse impelido ao desespero de se decidir, com pungente clareza, entre a liberdade fatal contra o corpo e a possível execução num campo de concentração na Alemanha. (Esse argumento se valida malgrado ideias de

suicídio tenham rondado mais fortemente o imaginário de Benjamin um ano antes do atentado ao *Reichstag*.) *Mutatis mutandis*, o desatino de Benjamin foi similar ao de Paul Celan, cerca de duas décadas após o holocausto. Em condições totalmente distintas, mas sob a intensidade do mesmo fantasma traumático (no caso, familiar), o poeta romeno, que também havia adotado Paris, optou, aos 49 anos, por um salto letal no rio Sena, em 20 de abril de 1970 (conforme relatos disponíveis).

Se, em rota paralela, o machado espião-stalinista que atingiu a cabeça de Trotsky, em Coyoacán, México, em 21 agosto de 1940, 36 dias antes do falecimento de Benjamin, foi sublimado na direção deste, as conjecturas sobre o homicídio ficam, desde a origem, resolvidas: a suspeição apura no mesmo saco a eventual operação da Gestapo ou da ditadura de Franco.

3.

Se veraz a versão oficial, acolhida pela fleuma prudente do “teatro do distanciamento” brechtiano e da filosofia tensional adorniana, a derradeira coragem política da morfina foi uma resposta peremptória a covardias de autoentrega. Albert Camus concedeu exclusividade ao suicídio na gravidade dos problemas filosóficos. Na via oposta, qualquer homicídio condecora a infâmia, enxovalhando mandante e executor. De uma forma ou outra, Benjamin, fiel à legião de milhões de anônimos, judeus ou não, que tombaram em razão do progresso modernizante e aos quais ele dedicou suas 18 sucintas *Teses sobre filosofia da história* e grande parte de sua vida intelectual, absolutizou, no corpo “ilegal” –perseguido, além de clandestino –, a recusa incondicional ante a magnitude do horror emergente. Inexiste negociação com nazifascistas que não seja, desde as premissas, vexame político. Aceitar qualquer mesa de acordos ou condições equivale a capitulação pusilânime. “Jamais permitir-se às mãos do inimigo, a qual custo for”, ecoa sempiterno, desde o frio sem-fundo de sua pedra tumular substituta em Portbou. Como se sabe, Benjamin não teve sepultura permanente. Após transcurso quinquenal em jazigo alugado pela fotógrafa Henny Gurland, controversa companheira de fuga nos Pirineus, seus ossos foram destinados a um canto comum da natureza. A sensibilidade catalã dedicou ao filósofo uma tumba simbólica no cemitério da cidade.

Dani Karavan, escultor israelense especializado em monumentos em harmonia com paisagens locais, erigiu, no *plateau* deste último destino, o *Memorial Walter Benjamin*. Bancado pelo Governo da Catalunha e pela República Federal da Alemanha, o monumento foi inaugurado, em 15 de maio de 1994, aos 50 anos da morte do autor de *Das Passagen-Werk* [“O trabalho das passagens”, título conferido pela Suhrkamp Verlag, em 1982; apenas *Passagens*, para Benjamin] – monumental obra filosófico-literária, desenvolvida ao longo de quase quinze anos, que a forma inconclusa contribuiu para tornar mais plena. Título da escultura de Karavan: *Passagens* [*Passatges*, em catalão], vívida em imponente silêncio, na sóbria e encantadora baía de Portbou.

Não falhou quem tenha imaginado que, além de todos os que tombaram, a gigantesca legião de presos de consciência e oprimidos pelo totalitarismo na política não somente acolheu, no umbral utópico em que Benjamin apostava, um de seus convictos combatentes, como também gritou fundamente no transcurso indizível de suas horas finais. Esse clamor pode ser ouvido na escultura de Karavan.

A aventada tese – aqui apenas refundida, com tintas diferenciadas – do suicídio de Benjamin como assassinato, pareando a literalidade do homicídio propriamente dito, ambos com nítido viés político, subordina-se, em todas as contingências articuladas, à gravidade da interpretação alegórica do mundo, cara ao filósofo alemão, aqui mobilizada em contribuição à preservação de sua memória.

4.

Convém evocar que, por motivos distintos, já haviam feito Benjamin experimentar o dissabor da morte simbólica, esta condição de nulificação em vida. Em 1925, professores de germanística, estética e filosofia da Universidade de Frankfurt, à qual Benjamin havia encaminhado provocativa proposição de livre-docência – publicada quatro anos depois como *As origens do drama barroco alemão do século XVII* –, consideraram-na, do ponto de vista da clareza argumentativa, impassível de habilitação. O episódio, que decepcionou Benjamin, aplacando seu interesse pela vida acadêmica, obrigou-o, para manutenção pessoal e familiar (tinha um filho, Stephan), a investir energia exclusiva no intenso trabalho como intelectual *outsider* e *free-lancer*, em publicações culturais e jornalísticas, em participações radiofônicas e como tradutor

(de escritores e poetas franceses), numa situação europeia marcada por progressiva decadência econômica e periculosidade política para intelectuais heterodoxos e/ou ligados a partidos de esquerda. À margem do *establishment* universitário, Benjamin cultivava teses políticas e culturais indigestas às premissas estético-classicistas da frágil República de Weimar (o nome oficial do Estado democrático alemão entre 1919 e a emergência do III Reich, a partir de 1933): em brilhante verbete enciclopédico de 1926-1928, o hoje famoso autor de *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* criticou solenemente a trajetória profissional e a posição política de Goethe – então considerado o grande poeta da República e expoente das classes aristocráticas e abastadas –, sem jamais deixar de reconhecer-lhe as incomparáveis qualidades literárias.

Em verdade, a condenação fatal na costa catalã não se desvincula da premência de escape parisiense em condições materiais tão precárias: a morte precoce de Benjamin remonta, 15 anos antes, a Frankfurt, solo originário da teoria social de que se aproximou sem entregar a autonomia, após contatos com Adorno, a partir de 1923. Sua quarta e última década de vida, em especial, foi-lhe economicamente penosa, com escassez de trabalho conforme o tempo avançava. Os picos desse drama foram, por exemplo, o primeiro semestre de 1934 e o início de 1939, quando Benjamin, já divorciado (em 1930), encontrava-se no exílio francês. O ódio antissemita como ideologia de Estado poda-lhe as chances de trabalho em veículos alemães. A situação foi, em parte, compensada, a partir de abril de 1934, pelo pequeno suporte financeiro do *Institut für Sozialforschung* [Instituto de Pesquisa Social], dirigido por Horkheimer na Universidade de Frankfurt até 1933, depois deslocado para Genebra, na Suíça, antes da transferência para a Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, em julho do ano seguinte. A bolsa desse Instituto ocorreu meses após auxílio recorrente de Gretel Adorno. Ela e Theodor, admiradores de Benjamin, não mediram esforços na mobilização de parentes e amigos na Europa para interceder em seu favor, em ocasiões decisivas.

Outro episódio de ameaça de morte ocorreu em 1940. A ruptura diplomática franco-germânica surpreende Benjamin em Paris. Os problemas de saúde não o livram do internamento no *Camp des Travailleurs Volontaires du Clos Saint Joseph*, em Nevers, a 260 km a sudeste da capital. Não fosse a ação diligente de intelectuais franceses, que conseguiram sua alforria, poderia ter falecido ali mesmo, após três meses em condições inóspitas.

Não seria inverdade alegar que Benjamin “morreu” para a Universidade e sobreviveu ao campo de concentração apenas para eternizar-se internacionalmente. Seus textos estão espalhados por inúmeros países e línguas. O fato de o julgamento mais implacável ser sempre o da história equivale a algo mais que um clichê glamoroso: ditos banais raramente deixam de abrigar verdade quando a violência os talha a partir de dentro.

5.

As violências sofridas, na forma de exclusão acadêmica e segregação antissemita, não deixaram de pretextar, quer nas entrelinhas, quer explicitamente, motivos conhecidos. Desde cedo, Benjamin advogava lado, em várias dimensões e segmentos de atuação. Marcado pelo idealismo alemão nos primeiros escritos e, sem jamais descartá-los em essência, pelo tônus revolucionário do marxismo após os 30 anos, Benjamin, apesar da ascendência familiar judaica, cultivava alma intelectual livre de dogmas indiscutidos. O movimento de seu pensamento, da juventude à maturidade, estagiou em registros de autoconscientização e justificativa, em farta correspondência com amigos, como Gershom Scholem, Brecht, além de Adorno e sua esposa, entre outros. Para além da política convencional de oposição anticapitalista e operária, Benjamin se alinhava à esquerda no plano da cultura (no sentido socio-antropológico) – posição mais radical que a da esquerda tradicional, ortodoxa ou não, disputativa dos poderes de Estado. O confronto com o capitalismo, *status quo* cuja natureza histórica o autor de *Paris, capital do século XIX* equiparava a uma religião, constituía tensão constante com a própria cultura ocidental. Sob o flagelo inapelável da Primeira Guerra Mundial, na qual se mobilizaram os recursos da racionalidade tecnológica que o iluminismo oitocentista havia previsto para emancipar a humanidade em geral, a cultura ocidental já tinha descarrilhado para a sedução do irracional: “dialética do iluminismo” antecipada, sombra, lastro e pomo frankfurtianos de Benjamin. Sua interpretação alegórica de *Angelus Novus*, quadro de Paul Klee, para apreender o imo da história como destruição, é disso um retrato fidelíssimo. Não deixa de ser paradoxalmente significativo que esse argumento de filosofia da história, de pessimismo reativo contra a ideologia do progresso, seja, na forte metáfora, um poema em prosa ensaística aberto ao diálogo com a arte pictórica, na compaixão por todos os vencidos.

6.

A caleidoscópica obra de Benjamin permite, na fiação da meada, várias entradas de investigação. São correntes a técnica, a estética e a tradução, a aura, a alegoria e o anjo, a metrópole e a experiência, o ócio e o jogo, a revolução e a morte, além da história, da memória e da dialética, entre outras.

Vale considerar uma senha mais, de cariz fundamental. Peculiar ourives da linguagem, Benjamin tinha, essencialmente, alma de poeta. Ao longo de mais de uma década, abriu sensibilidade teórica para Charles Baudelaire e para o surrealismo, poesia política na pintura. Como em muitos textos de Adorno, frases de Benjamin distam de simples registros encadeados: lembram, em tudo, esculturas e, nessa categoria, uma construção poética, que renova a tessitura do conceito. O trabalho linguístico demorado, pressupondo jogo simbólico qualificado com o leitor, à base de orações breves, é levado às últimas consequências nos manuscritos após os 40 anos, no exílio entre França, Itália e Dinamarca, onde o autor de *O que é o teatro épico?* teve três estadas episódicas, na casa de Brecht, em Svendborg, entre os anos 1934 e 1938. A inventividade de inúmeros desses trechos, longe de se dispor a mera leitura sequencial, abre-se ao saboreio individualizado, como se Benjamin estivesse, com eles, armando tessitura simbólica proposital para favorecer a recuperação da experiência no nível mais específico e profundo do espírito.

Sem dúvida, a poesia secreta de Benjamin era a liberdade. Jamais deixou de enunciá-la, desde a eleição de seus temas culturais e políticos prediletos até as teses teóricas em cada peça redigida – sempre contra todas as formas de asfixia. A lista, rápida aqui (com cada elocução abaixo remetendo a um tema, em ordenação *livre*), é significativa.

Cada documento da cultura, sendo cicatriz testemunhal da barbárie – conforme epitáfio bilíngue (basco-germânico) recravado em placa de mármore no cemitério de Portbou –autodenuncia a liberdade que arruinou, com dolo ou não. O drama barroco setecentista, à frente da cortina de conflitos entre sagrado e profano, ilumina, na berlinda, o potencial radical e renovador da morte: centrado na história de seres humanos concretos como matéria-prima exclusiva – eis o interesse materialista desse gênero artístico –, a agenda dramatúrgica do barroco alemão celebra a decadência (dos corpos, das formas, dos processos) como força irrecorrível de afirmação da própria transcendência, numa espiral sem fim de degradação regeneradora entre a efemeridade do contingente e a estabilidade das mutações aleatórias. A exuberância de significações da alegoria, talhada nesse espírito literário antirromântico, é convertida por Benjamin em método dialético de compreensão politicamente orientado, em favor da redenção. As asas do anjo de Klee ensaiam voo livre impossível após rastro secular de escombros e sangue. *Passagens* foi exercício de liberação integral na história do livro como reinvenção da cultura, desde um inespecífico dia de 1927 a 26 de setembro de 1940. O *flâneur* encarna a paixão pela dispersão atenta à paisagem e disponível a novidades, no coração metropolitano da civilização massificada. A *flânerie*, peregrinação urbana aleatória, é, em sentido extenso, a condição cognoscitiva ideal para a elaboração poética, livre *per se*. A aura da obra de arte é a garantia de imunidade ou alforria do original no reino da reprodução e da mercadoria.

A fotografia, ao mesmo tempo que estetiza o instantenuma superfície, liberta-o para sempre do arrasto veloz que, fora da objetiva, o impediria de ser apanhado. A criança não reconhece senão o desejo subversivo de ressignificar os objetos e seguir, no íntimo, pulsões ambivalentes (entre ousadia e recalque) que confrontam a racionalização da vida social, antes da viagem sem volta ao universo da neurotização adulta. O brinquedo, mesmo o compulsório, imposto no contexto edípico, sujeita-se, nesse âmbito de ressignificação, à linguagem de um sonho sem amarras. A experiência com haxixe compreendeu ato voluntário de expansão imaginária sob controle programado, a meio caminho da criação literária e pictográfica. Goethe, frustração cultural do sonho democrático de Weimar em razão do flerte vitalício com as velhas estruturas econômicas da hierarquia imperial, foi compensado pelo teatro libertário de Brecht, autoimunizado quanto à sedução das cooptações da cultura industrializada. Esse paradigma teatral, inspirado no materialismo histórico, modificou estruturalmente o liame entre diretor e elenco, palco e plateia, roteiro e performances, ator e público: o método da interrupção frequente de sequências cênicas numa peça dramatúrgica, sacudindo a percepção espectral ao picotar a estabilidade do investimento ilusório, contribuía para distanciar o público do próprio espetáculo, fazendo-o oscilar entre artifício artístico e condições concretas de vida –uma dramaturgia pedagógica a serviço da organização crítica da consciência (o que, a despeito da simpatia de Benjamin, Adorno vinculou à vulgata marxista, petrificada na ausência de dialética). No campo do romance, o narrador, fiel a si, possuía, como papel histórico, soberania suficiente para transmitir, com presença e paixão, o conhecimento a gerações futuras, à diferença da frieza industrial do jornalismo informativo, em aclave monopolista na primeira metade do século XX. O escritor, operário simbólico dentro da divisão social do trabalho e

mediador de sua classe em relação aos interesses da maioria pobre e assalariada, precisa respirar para além da mera coragem pública e do direito à expressão de questionamentos, livre de coação: alheio aos valores que lastreiam o *status quo*, sua visão politizada deve levá-lo a colaborar para a ruptura das restrições que impedem a igualdade econômica entre os indivíduos e a superação do modelo capitalista devida social. Se o III Reich havia encarcerado a estética em seus eventos de massa, era necessário agir na fonte: radicalizar a política democrática – a política do reconhecimento do outro –, robustecendo-a ao máximo, desde o coração da arte. Na tradição de Heráclito e dos pré-socráticos, de Blaise Pascal e Novalis, de Friedrich Nietzsche e Fernando Pessoa, e que seria também a de Emil Cioran, de Adorno, em *Minima moralia*, e de Jean Baudrillard, em *Cool Memories*, entre outros, a prática da filosofia mediante produção variada de excertos autônomos certamente concedeu a Benjamin, em *Rua de mão única*, *Parque central* e *Passagens*, um profundo regozijo herético em matéria de criação de conhecimento, nas barbas milenares do cânone lógico-dissertativo pós-aristotélico, hegemônico até hoje na cultura ocidental.

No que tange à reflexão por excertos –, quem critica Benjamin por esse prolífico, descontínuo, mesmo esfacelado, exercício explanativo, além de incorrer em preconceito racional, pouco manifesta entender completamente quer de crítica social, quer de desopressão cultural no plano do pensamento. Lógica de fragmento pleno exige ápice de maturidade estratégica: a guerrilha simbólica socialmente orientada se qualifica no menor vacilo contrarrazional possível. Quem conhece os escritos de Benjamin testemunha o quanto este tradutor de Honoré de Balzac, Baudelaire, Marcel Proust, Saint-John Perse e Tristan Tzara para o alemão flanava com íris de microscópio, pinça invisível à disposição. Sua teoria marxista da cultura, migrando de tema em tema, nutria-se de detalhes que escapavam ao próprio senso especializado. Alguém, salvaguardado na metáfora e não sem ludismo pertinente, poderia dizer que Benjamin, ele mesmo andarilho de uma *flânerie* imaginária em grande jorro de *insights*, não precisava, por assim dizer, de artefato técnico.

A poesia da liberdade – este fio condutor que o marxismo converteu, na obra do filósofo alemão, em teleologia da emancipação revolucionária, sob falsa contradição em relação à história como ruína – constava inteira à sombra do medo nos Pirineus, na sonhada viagem para o continente americano. Não por outra razão, escrever sobre Benjamin sem ter a alma nas mãos é um insulto à delicadeza. A poesia da liberdade, por atrair as pólvoras da monstruosidade, é sempre poesia de risco à sobrevivência. Benjamin, como milhares de expatriados e deserdados – o III Reich confiscou sua cidadania em maio de 1939 –, travou luta de vida e morte por suas superações. Idiossincrasias da cultura ocidental, com efeito, quisesam, por duras honras, que sua obra sobrevivesse de outro modo. Sua travessia abdicou de um novo chão estrangeiro apenas para se plenificar no futuro como morada definitiva.

Que a visão progressista, afastando a contingência, tenha levado a ironia a confundir, de propósito, os tempos e as coisas encorpa, por certo, tais idiossincrasias, mas sobretudo pendula em favor das honrarias. O próprio reino institucionalizado da mercadoria, acerbamente criticado por Benjamin, hoje condecora, igualmente, a sua memória, proibindo, num roteiro turístico bem sinalizado e informado na fronteira franco-espanhola, que o olvido lhe sequestre a experiência apátrida: de Portbou a Banyuls de la Merenda, a justa politização da rota de fuga via Pirineus, abrangendo 15,5 km, prevê passagem pelos principais marcos de sua angústia arfante (a estação ferroviária, o ex-lugar da *pensió França*, o cemitério municipal etc.) – desespero metrificado em copiosas consultas ao relógio, segundo Lisa Fittko, a heroína judia ucraniana, militante antifascista e guia da fuga, em *The story of Benjamin*, de 1980.

7.

Por razões que o belicismo contínuo da economia industrializada tornou evidentes, nenhum apreço visceral por liberdade faz, por ética, questão de esconder sua dimensão política. A provocação de mal-estar é a sua vocação essencial: tal expressão é tão prioritária quanto genuinamente involuntária. A audácia sistemática de reportar a história a contrapelo – outra imagem cara a Benjamin – ante a crescente hostilidade xenófoba e racista do chefe de polícia, auto-arvorado a responsável censório pelos registros aos pósteros, constitui, na linhagem intelectual da coragem asceta, um desacato insuportável a quem se incomoda visceralmente com a filosofia do direito inalienável à ousadia como valor universal.

Sob riscos conscientes, Benjamin sabia que, cedo ou tarde, poderia ser refém direto dessa alucinação persecutória. O que certamente o ultrapassava era que a arquitetura política que se erigiria mundialmente anos depois, combinada com o mencionado reconhecimento antifascista póstumo, colaboraria para transformar as condições de sua morte numa hemorragia do que já vinha ocorrendo desde meados da década de 1920 na Alemanha e na Itália, e se espalharia para

outros países, incluindo décadas distantes, enlaçando o presente.

A significação social-histórica de seu silenciamento político é facilmente dedutível. Um olhar retroativo à luz do holocausto constata, sem exorbitância, o quanto o falecimento de Benjamin, na aflição judia e étnica de milhões, é, de fato, um escandaloso acontecimento emblemático, especialmente para a parcela devotada ao máximo usufruto das liberdades políticas e civis. Na esteira da obra visionária de Franz Kafka, que não escapou à homenageadora pena de Benjamin, esse assassinato – de testemunha-chave do ocaso do narrador no ocidente –radica, como ferida aberta, na boca emergente dos totalitarismos e ditaduras do século XX. No insano encalço das “diferenças não-autorizadas”, avultava-se organizado e *pari passu*– naquela terrível dúzia de anos europeus (de 1933 a 1945) – o sistema necropolítico ufanista da extrema direita, sequioso por eliminação de qualquer contradito ou resistência.

Anos antes, as condições precárias do exílio de Benjamin já se armavam como tais vésperas, a saber, do quanto Estados nacionais passariam, em tônica onda europeia, a ser bola de jogo de rusticidade voluntária de facínoras e verdugos, bem como do quanto o imaginário da tradição democrática se depararia com seus escombros mais abomináveis. As covardes condições do acuartelamento policial de Benjamin foram, por seu turno, apenas o ápice de uma escalada que o apoio popular ao horror tornou irreversível, em nome de esperanças obscuras.

Em seu traço emblemático, a cena do assassinato é, ao mesmo tempo, termômetro herdeiro e sintoma reescalador das tensas relações entre instituições reacionárias e intelectuais de esquerda, Estado e imprensa, polícia e atividade artística– um estado histórico de exceção *non-stop*, atentatório à heterodoxia no plano do pensamento. A cena encerra *in totum* o drama político perene da democracia como invenção cultural e como legado antropológico.

A necropolítica fascista representa, entre outros sinistros vitais (materiais e simbólicos), a ruína intelectual do mundo. Acoçada pela paranoia da insegurança mortuária, seu espectro de poder é obsessivo-persecutório, com pretensão de fazer-se sentir por todos os lados e por lugar nenhum. O tratamento que concede à alteridade faz-se sempre a faca, pólvora ou forca. Essa política mira a fala dissidente – cada intelectual, cada professor, cada jornalista, tanto quanto cada negro, cada índio, cada integrante da comunidade LGBTQI+, cada estudante politizado –, sôfrega por calar a todos, encarcerá-los e/ou exterminá-los.

O apetite obsessivo-persecutório assume várias feições sociais, isoladas ou imbricadas. Pode organizar-se na forma sistêmico-militarizada da “matilha primitiva” em massa, como originalmente ocorreu na Alemanha e na Itália, na primeira metade do século XX. (Ao que tudo indica, as ações desse bando se transferiram para as redes sociais.) A ânsia persecutória pode também se cristalizar na “vala comum” do bode expiatório: alguém serve de vórtice para o espalhamento da “ameaça pedagógica”. Igualmente, a perseguição pode ser velada, na invisibilidade chantageadora dos dias, combinando, em arbítrio tutelar, silêncio imposto e permissão de vida; e um dia os fatos vêm à tona. Ainda, pode realizar-se, paradoxalmente, via Estado democrático de Direito, mediante mobilização implacável da legislação, sob hermenêutica jurídica seletiva e/ou casuística e com ampla barganha ideológica dos meios de comunicação conservadores: *lawfare* – isto é, destruição sistemática do capital de reputação pública de uma pessoa, empresa, governo etc., à sombra das garantias institucionais. Atropelando todos os preceitos democráticos, esse belicismo pragmático concorre para a implosão do próprio Estado de Direito. Por fim, a neurose persecutória pode ser executada por desmantelamento progressivo e acelerado de políticas públicas de reparação ou minoração de desigualdade sem condições econômicas neoliberais. Tal arrasamento, por cuja base se expandem bolsões de miséria e pobreza, implementa e, ao mesmo tempo, favorece tendências generalizadas de privatização de empresas estatais.

8.

O fascismo sempre tenta se reinventar com adornos necropolíticos pretensamente irreconhecíveis. Através deles, os anos 1930 e 1940 insistem em espalhar espectros maquiados.

Eis que, no rastro de ditaduras pós-holocausto na América Latina, a emergência histórica da estrutura social e política europeia que forçou a morte de Benjamin arma petulante farejo no Brasil, sob *neons* proto democráticos de *media* de massa e digitais. O autor de *Teorias do fascismo alemão* foi calado pelo mesmo estirão necropolítico militarizado que, nas primeiras décadas do século XXI, inspira e norteia o rústico imaginário bolsonarista. O caráter emblemático do acontecimento que instalou a escultura de Karavan em Portbou doravante ressoa estridente sinal vermelho no país, com alerta global para empreendimentos jornalísticos e Universidades, órgãos de defesa dos direitos humanos e liberdades

civis, entidades de representação de classe, e assim por diante.

Recombinando formas de manifestação elencadas no tópico anterior, a necropolítica neofascista no Brasil se camufla no esgarçamento tecnocrático máximo da letra constitucional: com o traje a rigor de uma legitimidade puída, o cinismo *lawfare* nacional tem operado, igualmente, a partir de dentro do “espírito das leis”, como álibi seguro para reverberação de derruimentos. Essa barbárie, que um dia disse, com orgulho e sem arrependimento: “Matei quase 10 milhões” – e seus próceres e asseclas dormiam bem –, por que faria graúdos aduladores de agora se importar com 4,5 milhões de infectados e mais de 130 mil vidas ceifadas pela indiferença em relação à pandemia de COVID-19? Notícias recentes reportaram que, sob alastramento do vírus, o hóspede do Palácio do Planalto vetou o fornecimento permanente, pelo poder público, de água potável a indígenas, quilombolas e povos tradicionais. Na lei sancionada, a vexação necropolítica se negou também a entregar-lhes bens de higiene e itens hospitalares essenciais, como leitos, unidades de terapia intensiva e dispositivos de oxigenação. À sombra da crueldade, essa política de Estado, de limpeza étnica, resulta ser o maior enxovalhamento dos direitos humanos no Brasil desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Da franja onto-antropológica da qual Benjamin vislumbrou a história como devastação, a impiedade bolsonarista disputa, no país, a pior esquina dos horrores insolentes. Uma boca briosamente mais inflexível poderia alegar que, se tal absurdo ocorre sem levante nas ruas, apenas acede à suástica obliterada, garbosa no esteio sem face e sem nome de milhões de militantes fundamentalistas e simpatizantes que se escoram uns nos outros para atuar como totalidade sem ninguém. A metáfora, certamente exagerada, ao menos não falha na observação culta das placas tectônicas do pântano: ela se finca em prudência histórica. Como se sabe, genocídios são também voluntariamente realizados por desídia proposital ou decurso de prazo doloso – por exemplo, no que tange ao combate inadequado à proliferação de uma doença.

Cerca de quatro anos antes dos primeiros sinais da Segunda Guerra Mundial, Benjamin registrou que a extrema direita alemã havia instilado arremedos artísticos na máquina de propaganda política para explorar oportunismos históricos em matéria de sedução de massas. A política democrática, no espaço das Universidades, da opinião pública e da criação cultural em geral – em textos acadêmicos e de imprensa, filmes e documentários, esculturas etc. – desagravaram Benjamin na história. Não cessarão de fazê-lo. Homenagens a esse pensador do sublime esgrimam, em tablado indispensável, todas as formas de neofascismo.

***Eugênio Trivinho** é professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Autor, entre outros livros, de *A dromocracia cibercultural* (Paulus).

Versão completa do artigo publicado no *Caderno de Sábado*, do Correio do Povo, em 26/09/2020.